

Amagis se manifesta em favor de juiz

Antônio Calaes teve nome mencionado por deputado petista em acusação

IPATINGA - A diretoria da Associação dos Magistrados Mineiros (Amagis) divulgou, durante ato de desagravo no Fórum de Ipatinga, solidariedade ao juiz titular da 2ª Vara Criminal de Ipatinga, Antônio Augusto Calaes. O magistrado teve o nome mencionado em acusações feitas pelo presidente da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Durval Ângelo (PT). Diversos juizes e demais representantes do Judiciário estiveram presentes ao ato de desagravo, realizado na tarde de ontem (20), no salão do Tribunal do Júri Vitto Gaggiato.

Recentemente, Durval criticou o Poder Judiciário de Ipatinga e afirmou que a Justiça Penal da região tem sido conivente com os policiais envolvidos nos crimes. O deputado denunciou o juiz Antônio Augusto Calaes, que teria negado o pedido de cinco prisões preventivas a um policial acusado

de envolvimento com o crime organizado. "O Judiciário fica em um olimpo inatingível, enquanto isso temos policiais envolvidos em crimes bárbaros como o da moto verde", afirmou Durval, à época.

Calaes preferiu se pronunciar apenas sobre a presença do presidente da Amagis em Ipatinga. "Tenho 16 anos de magistratura e uma trajetória de vida que fala por mim. Mas a presença de todas essas pessoas aqui, que se solidarizaram, e a declaração que foi feita é totalmente inverídica e não há como ser conivente porque peguei esse processo e mandei a pessoa em questão para júri quatro vezes. Se houvesse conivência, não haveria processo. Ainda não pensei em processar o deputado por difamação e calúnia, até porque ele foi contactado por outras autoridades e ele parece ter se convencido disso, mas a princípio não há por quê", avaliou.

O presidente da Amagis,

Herbert Carneiro, pontuou que a visita de representantes da associação visa enaltecer o trabalho de Calaes, que tem folha corrida de serviços prestados e conduta das mais corretas possíveis. "Ele examinou todos os pedidos feitos. Só podemos nos solidarizar e acreditamos em sua imparcialidade, e ele vem engrandecendo o Judiciário mineiro. A Amagis tem acompanhado com preocupação o quadro do Vale do Aço e queremos apuração dos fatos e que sejam encontrados os autores dos crimes cometidos, desejo da sociedade e também dos juizes", destacou.

Acesso

Sobre o impedimento do acesso a processos criminais por parte da imprensa, Herbert Carneiro ponderou que desconhece os processos em si e a razão do não acesso ao caso. A regra natural, explica, é a de que todo processo penal é de acesso público, o cidadão pode frequentar a secretaria do juiz e ter aces-

so ao processo. Entretanto, em determinadas situações e com previsão na lei, o juiz pode tornar peças ou atos de um processo de caráter sigiloso até mesmo para não prejudicar a instrução. "Se houve essa restrição na Vara de Ipatinga, deve ter havido por ter decretação de sigilo para os processos, em razão de determinação legal para não prejudicar, acredito que seja isso", disse.

Já sobre um processo da Vara de Coronel Fabriciano, no qual o pedido de acesso foi informado a uma das partes, Carneiro voltou a afirmar o desconhecimento do caso. "Mais uma vez um fato concreto, pontual e que desconheço, mas trabalhando com suposições não posso dizer ao certo. Mesmo em caso sigiloso as partes podem ter acesso, o que pode ter ocorrido é que um outro cidadão teve acesso e comentou com a parte em questão. Pode ter sido isso e criou uma situação que parece difrenciada e discriminatória, mas não é isso", salientou.



Herbert Carneiro manifestou o apoio da Amagis ao juiz Antônio Calaes

Fotos: Wólmer Ezequiel



Antônio Calaes não considera, até o momento, mover processo por difamação